

Variações do fim da análise e sua incidência na formação dos analistas¹

MANUEL BALDIZ

Para esta ocasião, escolhi não prender na erudição ou no comentário detalhado de certos textos, e sim fazê-lo de modo mais próximo da experiência clínica e institucional. Ou seja, a partir das análises e de algumas dificuldades que surgem em nossas instituições analíticas.

Não desprezo, em absoluto, o discurso erudito (eu mesmo o pratico com certa frequência), porém acredito que, às vezes, não nos deixa ver algumas realidades.

Em relação ao título da minha palestra, devo esclarecer que a escolha se fez quando ainda não tinha acabado de estudar o que queria lhes transmitir. Agora, o título poderia ser ao contrário: variações na formação dos analistas e sua incidência nos finais de análise.

Não posso falar-lhes sobre a experiência do dispositivo do passe porque não tenho uma experiência direta em tal dispositivo. Não fui passador, nem passante, nem estive em nenhum cartel do passe. Recentemente passei a fazer parte, dentro da comissão DEL (Dispositivos das Escolas Locais), da subcomissão do passe e da garantia, porém, no momento, o trabalho da citada comissão é bastante escasso. Vale a pena acrescentar que não há muitas demandas de passe em nossa Escola.

Não obstante, o passe nos afeta a todos, ainda que não passemos diretamente pelo dispositivo. Afeta aos que estão em análise e aos analistas. Com o passe, acontece algo a todos. Desde o momento em que Lacan o inventou e sempre que alguém se compromete em uma escola lacaniana está inserido de uma forma ou outra no passe. As análises já não são todas iguais, como eram antes de sua existência.

Supõe-se que o analista em seu ato, enquanto tal, está no “não penso”. Os analistas iniciantes pensam muito sobre os casos em análise (é algo frequentemente constatado nas supervisões); porém, o pensar se vai detendo progressivamente. É comum

¹ Conferência proferida no Espaço Escola de Madrid no dia 20 de janeiro de 2007.

² Soler. "O passe, fracassos e medida dos êxitos" (2000) Debate na rede da Internacional dos Fóruns.

³ Lacan. Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956 (1956/1998, p. 478).

⁴ Soler. Experiencia en el dispositivo del passe (1993/1995, p. 09)

⁵ Wallerstein. Informe de la Internacional Journal of Psychoanalysis (1979). In: Safouan (1991).

comprovar-se que as astúcias tenazes estão bastante longe dos avanços efetivos no tratamento, como diz Colette Soler:² "Daí a concluir que não vale a pena pensar, é só um passo." A doença do não penso não é outra coisa senão o que Lacan chamou a "suficiência"³, provavelmente outro nome da enfatuação e podemos considerá-la uma perigosa "doença profissional do analista"⁴. Apóia-se, com frequência, na convicção de que é inútil elaborar ali, pois a eficácia do sujeito-suposto-saber parece bastar. Contra essa inércia, o passe obriga a pensar e, de certo modo, nos rejuvenesce e faz estarmos alertas.

Quando falamos da formação do analista, precisamos seguir valorizando o esquema do tripé clássico, o tamborete de três pernas: formação teórica, supervisão de casos e psicanálise pessoal ou didática. Não podemos esquecer completamente do dito esquema, ainda que seja necessário atualizá-lo.

Curioso que, segundo o informativo feito após uma extensão pesquisa na IPA por Robert Wallerstein⁵, esse tripé é o único em que coincidem todas as escolas, mesmo existindo diversas maneiras de articular seus três elementos. E existe uma vulgata afirmando que, no primeiro caso, se trata de trabalhar o conceito de inconsciente; no segundo, trabalha-se com o inconsciente do outro; e, no terceiro, com o próprio inconsciente.

Quem se orienta fundamentalmente pelo ensino de Freud e Lacan, deveria ter mais presentes o primeiro e o segundo pontos. Nem sempre o fazemos, pelo menos não de um modo explícito e argumentado.

Em nossas atividades, e nos textos, deveríamos falar mais a respeito da formação teórica e da supervisão. Não estamos questionamos apenas a maneira como organizamos nossas atividades de formação, de leitura, nossos seminários e nossos cursos. Existe uma certa inércia perigosa. No fundo, o fazemos na forma mais idônea para que acudam mais alunos, e não costumamos reservar um tempo para pensar, por exemplo: Quais textos priorizar, e por quê? Em qual ordem ler Freud e Lacan? Que outros autores são imprescindíveis? Que outras matérias contam realmente para o aprendiz de analista e/ou para a formação permanente dos analistas?

Em relação à questão das leituras, durante anos, nas instituições do Campo Freudiano sofremos (e ao mesmo tempo

fomos cúmplices mais ou menos passivos) de certa censura explícita ou implícita com referência a diversos autores. Às vezes, no âmbito dos Fóruns do Campo Lacaniano, parece que sofremos uma espécie de inércia desse fenômeno, afortunadamente já não em forma de censura, mas sim na forma de uma preguiça ou resistência na hora de se interessar por autores não-lacanianos, ou inclusive por discípulos de Lacan que puderam cair, há anos, em certo descrédito injustificado. Um exemplo significativo e preocupante é a bibliografia enviada para que se vá preparando a próxima jornada: não há nela um único autor fora do nosso campo.

Também não debatemos a supervisão. Sobre ela escrevi em um breve artigo na revista “Freudiana”⁶ (número 16), faz cerca de dez anos, e pude constatar que há muito pouca bibliografia lacaniana sobre tão importante assunto. E continua havendo muito pouca produção teórica a respeito. Sabe-se que na IPA há todo um método de práticas tuteladas. Talvez não tenhamos ido ao outro extremo.

O terceiro pé do tamborete é o mais fundamental, sem dúvida, porém não o único. Para ser analista, a psicanálise é condição necessária, porém não suficiente, como bem nos lembra o título da exposição que meu bom amigo Josep Monseny apresentará em Donostia no mês que vem.

É útil conhecer um pouco a história da análise didática e o modo como foi se institucionalizando. O autor-chave para isto é Siegfried Bernfeld, relata-o de forma magnífica Moustapha Safouan no seu livro “Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas”⁷. Menciono deliberadamente Safouan, mas poderia exemplificar com muitos outros autores que já há alguns anos deixaram de ser bem vistos e não pareceria adequado citar suas obras.

Bernfeld dividia a história da análise didática em dois períodos perfeitamente discerníveis. O primeiro estende-se do começo da psicanálise até o inverno de 1923-24; e o segundo, a partir daí. No primeiro período não havia nenhuma regulamentação a respeito das condições da análise didática (duração, número de sessões, estabelecimento dos analistas capacitados para conduzi-la, seleção de candidatos), porém, a partir dessa data, a Comissão de Ensino da Sociedade Psicanalítica de Berlim decidiu regulamentar minuciosamente tais condições, após certo debate

⁶ Baldiz. A supervisão e o diagnóstico: entre a ética e a ciência, 1996.

⁷ Safouan. Jacques Lacan e a questão da formação de analistas, 1991.

da corrente vienense, mais livre, mais berlinense, mais decidida a entregar diplomas de psicanálises. Porém, o apaixonante da interpretação de Bernfeld é que ele destaca que se tratou – em grande parte – de uma espécie de *acting out* motivado por um acontecimento traumático sucedido no verão de 1923: o descobrimento de que Freud sofria de câncer. Diante da angústia pela perda eminente que se abateria sobre eles, sentiram-se responsáveis pelo futuro da psicanálise e quiseram estabelecer, o quanto antes, potentes diques contra a heterodoxia. Foi um pôr-do-sol em cena ao melhor estilo “Totem e tabu”, um arranjo fraternal ditado pelo assassinato inconfessado do pai, e acabaram castigando os seus discípulos por sua própria ambivalência, a deles mesmos.

Desde Lacan, dizemos que um analista é o produto de uma análise, desfigurando, assim, a antiga fronteira entre a análise didática e a simplesmente terapêutica: sustentamos que toda análise levada até o final produz um analista.

Pós-freudianos: Análise terapêutica / análise didática Lacan: Toda análise é didática Fim da análise = analista

Afirmar que toda análise é didática é uma concepção realmente subversiva, uma troca radical de perspectiva. Ninguém antes de Lacan tinha pensado em expô-la assim.

Isso nos leva à questão: Como pensar então em alguns tratamentos que não chegam nunca ao final? Aparentemente não produzem nunca um analista? Um modo fácil de resolver o expediente seria supor que esses tratamentos estão muito longe de chegar ao seu fim, ou que algo nelas não funciona como deveria. Se não há produção de analista é porque não há verdadeira análise, ou suficiente análise. Seria um problema, então, de qualidade ou de quantidade de análise efetuada. Todavia não existe a possibilidade de alguns tratamentos finalizarem verdadeiramente sem que o resultado responda claramente ao nosso *a priori* do que é um analista? Talvez uma primeira matização dessa idéia lacanian (final da análise = analista) impõe-se na linha do que já escreveu anos atrás Colette Soler⁸: “O fim da análise é uma mutação que faz de um sujeito um analista virtual, não necessariamente operante, apontando que esse analista produzido em uma análise

⁸ Soler. *Finale de análisis* (1988, p. 7).

nem sempre é alguém que se dedica, a partir de então, ao ofício da psicanálise”. Analistas virtuais? Analistas sem consultório?

Proponho um esquema “a quatro” que pode ser interessante ter em conta. Com ele não pretendo que se acrescentem mais siglas ainda ao nosso já extenso mundo de siglas, nossa cotidiana sopa de letras, e sim, que simplesmente nos ajude a pensar em algumas questões. Não o entendam como uma proposta solene, entendam-no, inclusive, com um pouco de humor. Os que me conhecem bem, já sabem quanta importância dou ao humor e à ironia⁹.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Analistas que exercem como tais (AA)- Analistas que não exercem como tais (AN)- Não-analistas que se dedicam à análise (NA)- Não-analistas que não se dedicam à análise (NN) |
|---|

⁹ Baldiz. “Notas (parcialmente psicoanalíticas) sobre el humor y la ironía” (2004).

A primeira letra designa a posição estrutural, por assim dizê-lo; a segunda, o exercício, a *praxis*.

Neste ponto, não posso evitar compartilhar com vocês uma curiosa piada. Quando apresentei este esquema em Barcelona, há algum tempo, vocês não podem imaginar o “escândalo” que suscitou em um colega. E sabem qual foi seu argumento? Que Lacan não utilizava esquemas e sim gráficos ou matemática! Argumento incrível, não é?

Primeiro, porque Lacan utilizava esquemas com frequência como se pode comprovar recorrendo à maioria de seus seminários. E segundo, no hipotético caso de não os haver utilizado nunca, invalidaria isso o fato de que algum de nós o fizesse? Por acaso temos de imitá-lo em tudo? Enfim, voltemos a questões mais sérias, mas valem para que vocês vejam como está “o quintal” de nossos debates em algumas ocasiões.

Aparentemente, os que estão situados nos extremos da lista, os AA e os NN, não estabelecem problemas especiais. Dá-se em ambos grupos uma “coerência” entre sua posição subjetiva e sua prática. Não obstante, podemos dizer algo sobre eles.

No caso dos AA, poderíamos discutir, por exemplo, se um analista sempre exerce como tal ou, inclusive, se pode fazê-lo com qualquer um que lhe peça uma análise. Ter cedido realmente à posição analítica, habilita o sujeito a se responsabilizar por qualquer

demanda de análise? Não é tão seguro. Além disso, existem situações nas quais o analista não pode ou não deve exercer a análise, e isto não é um demérito algum da sua condição de analista.

Um analista que pretenda sempre ser analista acaba sempre sendo suspeito de pouco analítico, não é coerente com a experiência dos limites inerentes da própria análise.

No outro extremo, entre os NN existem muitos analisantes que não exercem nem pretendem exercer nenhum tipo de prática clínica. Neles, a demanda explícita não contempla em absoluto essa possibilidade, embora seja muito interessante ver como, às vezes, em alguns deles emerge (ou se cria?) justamente como efeito do trabalho analítico, um interesse pela teoria analítica e, inclusive, vai-se abrindo caminho à idéia de poder se dedicar à prática da análise.

Os NN podem continuar a sê-lo sempre, toda a vida, porém também podem transformar-se em AN, chegar a ser AA, ou até – no pior dos casos – (por quê não dizê-lo assim?) transformar-se em NA.

Entre os NN existe um subconjunto formado pelos analisantes, os quais ainda não se intitulam como analistas. Embora acreditem poder fazê-lo algum dia, preferem se ocupar de práticas terapêuticas algo diferentes da análise. Logo voltaremos a esse ponto, que poderíamos chamar “a prática clínica dos analisantes”.

Muito mais problemas nos aparecem em relação às outras duas figuras. Poderíamos, mesmo, discutir sua existência.

Começemos por aqueles analistas que não exercem como tais (AN). O que nos autoriza então a chamá-los analistas? Por que não exercem como analistas? Que fique claro, não se trata de considerar que todos “deveriam” exercer a análise. Seria absurdo imaginá-la como uma máquina de reprodução de analistas, principalmente se nossa concepção do fim de análise não passa pela identificação ao condutor do tratamento. Realmente não exercem como analistas? Por acaso somente se pode falar com conhecimento de causa de exercício da análise ou de prática analítica, se o sujeito em questão atende pacientes em um consultório e o faz de acordo com o ritual por todos conhecido? Não existem outras maneiras de conceber a prática analítica que nos ampliem um pouco mais os limites tradicionais do que costumamos denominar, às

vezes, com excessiva pomposidade, “a clínica”?

No esquema colocado no quadro negro, junto ao AN, poderíamos escrever “AV”, ou seja, analistas virtuais, seguindo a idéia de Colette Soler já mencionada.

O que pensar desses supostos “analistas virtuais”? Por exemplo, sujeitos que depois do seu trajeto analítico poderiam intervir em certos debates da cultura e trabalhar em certos âmbitos institucionais implementando uma escuta analítica derivada diretamente da conclusão da sua análise. Sujeitos com uma posição ética capaz de propiciar demandas de análise entre aqueles que estão ao seu redor. Impossível melhor “derivadores”.

Eles poderiam, talvez, ocupar o lugar que Lacan mencionava de vez em quando, ao se referir à função dos não-analistas na Escola e que fomos completamente incapazes de conseguir em nossas instituições. Quando Lacan falava dos não-analistas, não se referia simplesmente àqueles que não tinham acabado sua análise. Sugiro, portanto, certo paradoxo quanto a alguns dos não-analistas na Escola – os mais interessantes, sem dúvida – podem se vincular, de algum modo, a este esquema, com a função de “analistas”, sem trabalho clínico, mas analistas no fim das contas. E que bom seria se alguns “analistas” que não tivessem a servidão da busca incessante de transferências nos ajudassem, na Escola, a “analisar” diversos fenômenos dela.

Um analisante que chega até o fim lógico da sua análise pode não ter estudado psicanálise em todo o processo de seu tratamento e, assim mesmo, não exercer nenhuma prática clínica; portanto, não precisa de nenhum tipo de supervisão. De acordo com a idéia tradicional da tríade, em um caso assim, faltariam duas pernas do tamborete: a formação analítica seria, por isso, incompleta. No entanto, os questionamentos lacanianos são tão radicais que permitem questionar um pouco esse esquema triádico, apesar de tudo que disse antes. Como vêem, estou explorando todas as arestas destas questões tão complexas, ainda correndo o risco de me contradizer um pouco. Desde Lacan, vamos dizê-lo mais uma vez, a formação analítica é basicamente a análise. As três pernas do tamborete não têm a mesma grossura: há uma, a da análise, que é muito superior às outras duas. Inclusive pode-se afirmar, as outras duas não servem de nada sem ela, pois a ela estão interligadas por completo.

Logo, podemos conceber a existência de alguns analistas – no estrutural – que não conhecem muito a teoria, mas estão em ótimas condições para estudá-la, ao contrário de alguns grandes teóricos que, em ocasiões, suprem com sua erudição as lacunas do seu conhecimento analítico e sua precária posição subjetiva.

Recordemo-nos da diferença lacaniana entre o saber textual e o saber referencial. Poderia fazer o passe um sujeito assim? Faltar-lhe-iam, talvez, termos da teoria para dar conta do sucedido em sua análise. Entretanto essa seria uma maneira de voltar à concepção mais “pura” do passe antes de se contaminar com os critérios científicos e políticos, introduzidos por J. A. Miller e que foram um dos ingredientes da grande crise da AMP em 1998.

Contrariamente, uma excessiva instalação no saber referencial pode ser um obstáculo. Se o saber daquele que exerce como analista quer aparecer muito, mostrar-se em excesso, não se suporta bem a posição de a/S2 e produz-se um quarto de giro discursivo, e do discurso analítico passamos ao discurso universitário, o qual é problemático, tanto para as análises como para o passe.

Existem análises conduzidas sob citado modelo de discurso universitário. O agente é um suposto saber, (que não coincide com o saber da verdadeira transferência) sustentado na realidade pelo significante mestre (S2/S1), e o paciente fica no lugar do objeto que oculta a divisão subjetiva.

“O analista é uma formação do inconsciente” é um aforismo fascinante que sempre me encantou e admite, no mínimo, duas leituras perfeitamente complementares. A primeira é não haver analista nem transferência até o inconsciente do paciente amarrar-se a algo daquele que está escutando (algoritmo da transferência). Isso se coaduna com o que disse antes, de que nem os AA não são analistas todo o tempo ou em todos os casos que atendem: o analista se re-autoriza dos pacientes que lhe permitem colocá-los no lugar de analisantes a cada nova entrada no discurso analítico. A segunda maneira de entendê-la, mais extrema ainda, é que a formação do analista não se pode igualar

a nenhuma outra formação entre as que operam de acordo com uma acumulação progressiva de conhecimentos e/ou a um exercício cada vez mais elaborado de certas habilidades, pois nela se trata radicalmente de algo que se “forma”, se opera, ocupa espaço no próprio inconsciente.

E, o que dizer dos NA? Não-analistas que se dedicam à análise, ou acreditam dedicar-se à análise, ou dizem dedicar-se à análise? De certo modo, temos uma figura inversa ou especular da que acabamos de examinar. Trata-se de um assunto extremamente delicado. Entre as quatro figuras propostas, é a mais preocupante do ponto de vista ético. Na história da psicanálise poderíamos remetermo-nos ao que Freud denominou desde 1910 como “analistas silvestres”. Freud sempre defendeu os analistas “laicos” (em relação à suposta exigência de que fossem médicos), mas combateu ferozmente os analistas insuficientemente preparados; por isto cunhou esse termo de “silvestres”.

Vejam. Primeiro podemos dizer que são não-analistas não pelo fato de não terem recebido uma denominação da instituição analítica, e sim por não terem concluído de uma maneira lógica e efetiva seu caminho analítico particular. E, segundo, apesar disso - ou inclusive, talvez sendo conscientes disto, aqui haveria muitos matizes diferentes - praticam ou dizem praticar a análise nas análises que conduzem. Dilema ético, antes de tudo, o qual em alguns casos se articula com a posição dos NN.

Que quero dizer? Alguns NN, em dado momento de sua análise, de alguma maneira sentem-se “pressionados” a autorizar-se como analistas. Que tipo de pressão é essa? Pode ser uma pressão exercida pelos ideais do próprio sujeito, não suficientemente transpostos, ou certo impulso institucional que os leva a se declararem analistas e/ou a tentar praticar a análise quando ainda não trataram suficientemente sua divisão subjetiva (digo “trataram” e não “solucionaram”, porque na realidade não se soluciona nunca: há divisão na entrada da análise e continua havendo na saída). Nesses casos, o analista do analisante em questão tem a opção de intervir e procurar desvendar o que está sucedendo. Isso nem sempre é fácil porque o analisante não fala muito disto ou comunica-o *a posteriori*, quando já deu alguns passos; outras vezes porque o mesmo analista se deixa levar de alguma maneira pela satisfação narcísica de o seu pupilo analisante estar

se transformando aparentemente em analista. É o “proselitismo institucional” - explícito ou implícito - por parte do analista. Tudo isto pode influenciar também, tangencialmente, em algumas ocasiões, a suposta “necessidade” institucional de que os A.M.E. designem passadores. Trata-se de um fator a mais para se levar em conta.

Há NN que não têm como prioridade um interesse em se dedicar à análise, apesar de vinculados ao mundo da chamada saúde mental. Outros, no entanto, manifestam desde o início da análise o desejo de chegar a ser analista. Algumas vezes até com uma excessiva idealização. Em sua demanda de análise existem dois ingredientes: o terapêutico e o formativo. Nada a objetar contra a perspectiva lacaniana que considera didática toda análise. De qualquer maneira, é necessário ver se a demanda inicial de ser analista sustenta-se ao longo do tratamento e advém o desejo de analista. Uma coisa não leva necessariamente à outra, tendo estatutos lógicos muito diferentes.

Demanda de ser analista ↔ desejo do analista
--

O desejo de analista pode surgir mesmo se *a priori* não existisse uma demanda explícita. A manifestação dessa demanda, ao iniciar a análise, pode permanecer e ser um autêntico desejo. Em outros, no entanto, isso não acontece e o sujeito deixa cair esse desejo ou se fixa ao mesmo sem poder safar-se, criando uma posição em que fica muito difícil uma verdadeira conclusão analítica.

A partir dessa perspectiva, tornar-se analista (ou acreditar tornar-se analista) pode ser para alguns sujeitos a última defesa frente à castração. É uma saída da análise que não implica verdadeira conclusão, pondo esse suposto analista numa posição muito problemática.

Falemos agora alguma coisa que tem a ver com as crenças. O sujeito primeiro acredita no Outro. Os neuróticos são crentes no Outro, ao qual atribuem todas suas desgraças e/ou a chave de suas existências. Em um momento lógico posterior, acredita-se no sintoma e essa crença permite entrar na análise. Durante o processo analítico passa-se a acreditar na transferência e no

sujeito-suposto-saber. Porém, e depois da análise? Em que se acredita? Já não se acredita em nada? Ou só em si próprio? (como naquela estrondosa canção de John Lennon) Ou voltamo-nos para o Outro, mas chamando-o agora de “a Escola”? Seria necessário aprofundarmo-nos bem nestas questões.

Há outra pergunta complexa: a posição analítica e/ou o desejo do analista é uma disposição estrutural prévia ao trabalho da análise (uma “disposição nativa do ser” nas palavras de Colette Soler) ou um produto direto do tratamento? Alguns casos de sujeitos que não parecem poder aceder nunca a essa posição (ou, em suma, que só acendem à base de enormes dificuldades) permitem pensar em diferenças, inclusive no ponto de partida.

Vou me referir a dois exemplos clínicos, nos quais lamentavelmente não posso entrar em detalhes.

Um sujeito, cuja posição fantasmagórica era a de ser sempre “o admirado”, pôde atravessar referido fantasma, e agora, o gozo que antes estava fixado em ser o objeto da admiração não o impede de ocupar o lugar do analista: pode operar bem nos tempos iniciais da transferência, sem se acreditar o verdadeiro destinatário deste amor (não obstante, verdadeiro à sua maneira), e pode também nos finais das análises situar-se no lugar do dejetor e da queda.

No pólo quase oposto, uma mulher ocupava em seu fantasma, o lugar “da morta”, apesar de ter reduzido extraordinariamente o gozo vinculado a referido lugar e ter podido safar-se com êxito de toda uma série de sintomas articulados a essa tendência inconsciente, quando tentou ocupar a posição de semblante do objeto para seus pacientes, experimentou uma extrema dificuldade o que lhe impossibilitou conduzir esses tratamentos. Finalmente, decidiu se dedicar a um trabalho artístico muito gratificante para ela e totalmente distante da prática clínica.

Quanto ao primeiro caso, o sujeito, ao aceder à posição analítica, pode e deve renunciar ao gozo da admiração. Essa renúncia é propícia à prática da análise analítica. Além disso, outros fatos contingentes derivados dos significantes principais da história de referido sujeito favoreciam, de um modo especial, seu vínculo com o saber da análise. No segundo caso, pelo contrário, o gozo vinculado à posição de “morta”, que tinha se suavizado muito com o trabalho analítico, reativa-se de alguma maneira

inevitável quando se trata de ocupar o lugar morto (que não é a posição do cadáver) inerente à escuta do analista.

Retomo agora um problema que antes deixei entre parênteses. Os NN que se dedicam à clínica e querem adiar o início da sua *praxis* analítica até ter alcançado em sua análise certa posição que os autorize a isso, que tipo de clínica exercitam enquanto isso? É um dos aspectos mais delicados do espinhoso problema das psicoterapias e sua relação com a psicanálise. O “ouro puro” da psicanálise confrontado supostamente com o metal das “técnicas psicoterapêuticas”.

É fundamental distinguir bem entre a análise e as psicoterapias, e argumentar de forma rigorosa suas diferenças. Porém, às vezes, nesta questão em particular, transmitimos uma espécie de desvalorização quase total e absoluta das práticas terapêuticas. E isso, embora seja impopular dizer, não é justo.

O recurso às dualidades muito radicalizadas, tão freqüente no ensinamento de Miller, tornou-se muito útil para nos orientarmos e dar aparência de cientificidade ao nosso discurso. Mas, por sorte ou por desgraça, nem todas as dualidades têm a mesma consistência estrutural, nem são tão “opostas” como parecem à primeira vista. Frequentemente são preferíveis esquemas baseados em topologias moebianas e não tão oposicionais.

É o momento de dignificar certa prática psicoterapêutica de orientação analítica, sempre e quando se faça de uma posição ética e sabendo muito bem do que se trata. Tal prática pode ter, inclusive, certos “efeitos analíticos”, principalmente com a ajuda da supervisão. Pode ser exercida tanto por um AA, desde que o paciente em questão não esteja em condições de entrar em análise (e sem correr o risco de o condutor perder os méritos de “verdadeiro” analista por semelhante análise), como por um NN que aguarda (com honrada prudência) para exercer-se adiante como analista. Em ambos os casos, e principalmente no segundo, é fundamental não demonizar ou desvalorizar esse tipo de clínica. Pode ser a mais adequada às circunstâncias, a mais honesta. Quando se a demoniza ou desvaloriza, o NN pode sentir-se empurrado em direção à difícil posição do NA, quer dizer, a praticar a análise sem reunir ainda os requisitos estruturais imprescindíveis. Ou sentir a prática clínica exercida por ele como pouco menos que uma estupidez ou como uma perversidade. Conheci casos como

esses de analisantes e supervisionantes na AMP, e agora começa a acontecer algo semelhante em nosso contexto. Filtra-se claramente uma mensagem dupla: o final da análise cada vez mais e mais distante, e a prática psicoterapêutica cada vez mais e mais desvalorizada.

Na IPA, o candidato a analista se compromete a não exercer como analista até estar habilitado a fazê-lo. Enquanto isso, pratica a chamada psicoterapia psicanalítica, com todo o apoio institucional. No entanto, entre nós, acontecem contradições realmente flagrantes e um tanto hipócritas (e que fique claro: não estou defendendo em absoluto o modelo da IPA). Desvaloriza-se qualquer prática que não seja a análise pura e dura e, ao mesmo tempo, se insiste ao longo e complexo que é chegar ao final da análise, além disso, todo o mundo sabe ou intui que muitos analistas estão ainda em análise e que há pouquíssimos casos nos quais o passe haja coincidido com o início dos afazeres analíticos.

Antes de finalizar, troquemos um pouco o ponto de vista e introduzamos uma perspectiva temporal. Na prática cotidiana, tornou-se habitual os analisantes começarem a exercer como analistas antes de ter finalizado sua análise. Na realidade, a situação inversa, ou seja, alguém que não inicia sua prática como analista até depois de acabar sua análise e, inclusive, ter feito o passe, é muito pouco freqüente, quase insólita. A que se deve essa aparente contradição entre a teoria e a prática?

Duas hipóteses, duas respostas:

1 - Talvez o momento de aceder à posição de analista (a autorização de si mesmo) não tenha motivos para coincidir de forma exata com o final definitivo da análise. Poderíamos distinguir um momento, próximo ao final, porém não idêntico a ele, a partir do qual o sujeito possa analisar com certa garantia de não fazê-lo a partir de seu fantasma, e um momento posterior que é a separação definitiva do analista.

2 - Uma “precipitação” inevitável faz com que o aprendiz de analista tenha de passar pela experiência da clínica para que seja ela que, em outro momento lógico posterior (depois de um certo tempo de compreender), o autentique como analista. Um determinado obstáculo em um tratamento, uma supervisão, um paciente x, permitem em um dado momento concluir algo que ainda estava suspenso (lembremos que, para Lacan, a precipitação é

um ingrediente essencial da sua concepção do tempo lógico).

Nos testemunhos de final de análise, teremos que continuar indagando em relação a estas questões a coincidência (temporal) ou não dos seguintes momentos: aquele em que o analisante acredita ter alcançado a função de “desejo do analista”, aquele em que o sujeito decide iniciar sua prática como analista, e aquele em que deixa de ser analisante no convencimento arrazoadado (e potencialmente transmissível) de ter finalizado seu tratamento.

referências bibliográficas

- BALDIZ, Manuel. A supervisão e o diagnóstico: entre a ética e a ciência. In: Freudiana, nº 16. Barcelona: EEP-Cataluña, 1996.
- BALDIZ, Manuel. Notas (parcialmente psicoanalíticas) sobre el humor y la ironía. In: Intercambios/Intercanvis, nº 12, 2004.
- LACAN, Jacques. Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- SAFOUAN, Moustapha. *Jacques Lacan e a questão da formação de analistas*. Campinas: Papirus, 1991.
- SOLER, Colette. *Finales de análisis*. Buenos Aires: Manantial, 1988.
- SOLER Colette. “O passe, fracassos e medida dos êxitos” (2000). In Debate na Rede da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano.
- SOLER, Colette. Experiência en el dispositivo del passe. In: Entedichos, 1995.

resumo

O autor faz uma série de considerações em relação à formação dos analistas, apostando na conveniência de certa revisão e atualização do tripé clássico: formação teórica, supervisão e análise didática. Além disso, propõe um esquema de quatro partes para estudar diferentes figuras no que diz respeito à articulação entre o fim da análise e a prática clínica, analisando quatro posições subjetivas que não deixam de suscitar interrogações éticas fundamentais e perguntas que concernem também à política da Escola.

palavras-chave

formação. fim da análise. desejo do analista.
analistas e não-analistas

abstract

The author makes a series of considerations concerning an analysts' formation, betting in the convenience of a certain revision and updating of the classic tripod: theoretical formation, supervision and didactic analysis. Besides, it proposes an outline of four parts to study different features regarding the articulation between the end of the analysis and the clinical practice, analyzing four subjective positions that also raises fundamental ethical interrogations and questions concerning the politics of the School

key words

formation, the end of the analysis, the analysts' desire, analysts and non-analysts

recebido

10/10/2007

aprovado

02/11/2007